

Meninos com medo

Estas histórias nunca deveriam ter acontecido. Mas a verdade é que os abusos e os maus-tratos a crianças são muito mais frequentes do que se pensa. Para ler e, sobretudo, meditar

MARIA ANTÓNIA PALLA (TEXTOS), GONÇALO VIANA (ILUSTRAÇÃO)

Àquela hora todos dormiam. Só ela continuava meio desperta, talvez porque o luar que entrava pela janela viesse direito à sua cama. Foi então que o homem apareceu. Camisa desabotoada, pernas nuas, “aquilo empinado”, uma faca na mão. Não percebeu ao que ele vinha. Mas logo ele se atirou sobre ela, tapando-lhe a boca, ameaçando, “se gritas, mato-te”.

Com a idade que tinha, ela não sabia o que se passava entre um homem e uma mulher, interrogando-se sobre os ruídos que em certas noites saiam do quarto da mãe e do padrasto. Foi o medo e a dor que a despertaram, enquanto ele a possuía, ofegante, ameaçador, sussurrando-lhe “se abres a boca, mato-te”. Até que parou e se afastou, tão silenciosamente como chegara. Ela continuou deitada, amedrontada, dorida, sangrando, sentindo um líquido morno e de cheiro enjoativo a correr-lhe entre as pernas. Já não conseguiu dormir.

Ao amanhecer, quando a casa começou a agitar-se, levantou-se e foi contar à tia o que se passara. “Isso é mentira. O teu tio é um homem bom, bom marido, bom pai, que a ti e aos teus irmãos sempre vos recebeu bem. Estás a inventar ou então sonhaste. Nem fales disto às tuas primas.” E deu o assunto por encerrado. A criança não se conformou. De seguida, foi contar à mãe que, por falta de espaço em casa, mandava alguns dos cinco filhos dormir a casa da irmã que morava ao lado. “Não quero lá voltar”, disse a criança. Mas a resposta da mãe foi “estás a mentir”. E ordenou que se calasse porque “era um assunto de família”.

A filha obedeceu. Mas o caso repetiu-se durante mais de um ano. Ana tinha apenas oito anos. Nessa altura pensou que tinha de fugir dali. Para onde, como, não sabia. Foi então que conheceu uma senhora que, a troco de pequenos serviços, lhe ofereceu cama e comida. Aceitou. A mãe nem se opôs. Era menos uma boca a sustentar. Foi esta senhora que lhe ensinou a lida da casa, a cozinhar, a fazer doces. “Eu gostava dela e ela de mim.” Era a primeira vez que isso lhe acontecia na vida. Sentir-se-ia feliz, não fosse a lembrança daquela noite terrível. O pouco dinheiro que recebia não contava.

Apesar de tudo o que lhe acontecera, e da mágoa provocada pela frieza da mãe que nem um carinho lhe dera, era uma criança alegre, bem disposta, afável, amiga de ajudar os outros. Quem a conhecia gostava logo dela. Mas o medo persistia, embora o calasse dentro de si, às vezes, entristecia-se. Tinha maus sonhos. E chorava às escondidas. Fugia dos rapazes e dos homens. Não suportava que lhe tocassem.

Ana fez-se uma rapariga bonita mas só começou a namorar aos 22 anos. Quando o rapaz emigrou para a capital, resolveu segui-lo. Em breve engravidou. E em breve foi abandonada. Temeu o futuro, por ela, pela criança. Mas quando lhe puseram o filho nos braços, moreninho e uns olhos muito verdes, pensou: “Este é o meu príncipe, tenho muito amor e alegria para lhe dar. Vou lutar por ele. Sobretudo nunca vou dar ao meu filho aquilo porque passei — ser uma criança abusada e abandonada.”

Era preciso enfrentar as coisas boas e más que acontecem na vida. Foram necessários muitos sacrifícios. Mãe solteira e sozinha, sem apoio de família. O pai da criança deu-lhe o nome e desapareceu. Ana morou em casas com ratos e baratas, sem água canalizada. “Passei fome para lhe comprar as fraldas. Mas tinha duas mãos para trabalhar e trabalho nunca me faltou.”

As horas do dia são poucas para trabalhar, deita mão a tudo. “Basto-me a mim própria. Faço as coisas com gosto. Mas

também me divirto, gosto de dar um pé de dança. Levo as minhas amigas e às vezes o meu namorado.” Hoje diz que não quer casar. Basta-lhe o filho para se sentir feliz. A vida melhorou e olhando para trás diz que a violência sofrida em criança poderá ser perdoada, mas nunca esquecida. Nestes momentos a voz enrola-se num soluço. E chora. É uma sobrevivente que corre atrás da felicidade.

Os abusos sexuais de crianças são mais frequentes do que imaginamos. São crimes silenciosos que as vítimas calam, por medo ou vergonha ou porque não sabem sequer falar. Mas as recordações ficam e doem. Até que um dia, mais tarde, procuram alguém que as saiba ouvir e em quem confiam. Raramente um médico, um psicólogo ou um psiquiatra. Por desconhecimento, preconceito, falta de dinheiro. Os mais pobres não se podem dar a esse luxo.

Mas se uma criança abusada não é tratada a tempo, corre perigo. A maioria não consegue ultrapassar sozinha os traumas do passado. É frequente tornarem-se eles próprios violentos. A delinquência ou o suicídio podem ser a única saída.

Maria José Vidigal é uma psiquiatra que se especializou na área da infância, tendo trabalhado 32 anos no Centro de Saúde Mental Infantil, fundado por João dos Santos, um médico pioneiro no sector da psiquiatria infantil. “Conheci uma adolescente de 15 anos que escrevia poesia. A mãe tinha morrido e ela vivia com o pai que a matriculou num colégio de religiosas. Conheci-a nessa altura e depois perdia-a de vista”, conta Maria José Vidigal.

Os anos passaram e voltaram a encontrar-se. Falaram dos seus percursos de vida, como é normal entre pessoas que não se veem há muito tempo. “Ela sabia que eu era psicanalista, insistiu em levar-me a casa e foi então que me contou que o pai tinha abusado dela sexualmente. Mais tarde, casou. Não foi feliz no casamento. Não conseguia dar-se bem nem com a filha nem

com o marido. O pai, entretanto, morrerá. Considerava que não tinha família. Perguntei-lhe se ainda escrevia poesia. E ela disse: ‘Deixei de escrever desde a morte do meu pai.’ A poesia era a maneira que encontrou para fugir da realidade.”



ILUSTRAÇÃO GONÇALO VIANA

Durante muito tempo os maus-tratos a crianças foram um tema de que não se falava. Entretanto, criaram-se perspectivas diferentes quanto ao modo como devem ser encaradas as crianças e os jovens, alargando-se consideravelmente o conceito de maus-tratos. “Isto nasce muito”, dizia-se ainda nos anos 60, em aldeias do país. Talvez porque a mortalidade infantil fosse altíssima, a pobreza muita, a instrução pouca ou nenhuma. Uma criança era raramente desejada. O que a esperava era, trabalhar “a bem ou a mal”, desde a mais tenra idade. E quando recusava, era espancada.

Atualmente esse procedimento é um dos maus-tratos inaceitáveis. O que não quer dizer que tenha desaparecido. As famílias e a sociedade no seu conjunto ignoram ainda o que são verdadeiramente os maus-tratos. As pessoas que os praticam podem até não os considerar como tais. Mas deixam marcas naqueles que os sofrem.

A maior parte dos maus-tratos ocorre na esfera doméstica. Outros são públicos. Quase todos já presenciámos casos destes.

Mas ninguém intervém. “Os pais batem e castigam os filhos e nunca se interrogam sobre se eles sabem amar e fazer a criança sentir-se amada. O único amor incondicional — o dos pais — é fundamental para as crianças. Mas há ainda quem pense que o dever dos filhos é obedecer”, diz António Mendes Pedro, psicólogo e professor universitário. Os pais justificam esse comportamento dizendo “isto é para teu bem”. Esta era a pedagogia nazi que influenciou a Europa. Em Portugal também existiu, através de Salazar e da Igreja Católica.

O que ligava os filhos aos pais era, sobretudo, o respeito. A regra era os pais falarem e as crianças obedecerem. Porém, as crianças devem ser ouvidas e respeitadas. A criança para aprender a amar tem de se sentir amada. Os avós são, neste aspeto particular, muito importantes.

Hoje em dia, os pais, demasiado ocupados com as carreiras, os encargos que têm, descontentes com a vida que levam, estão cansados, irritados, impacientes, não conseguem conversar com os filhos, limitando-se a impor a autoridade.

MESMO QUANDO O NATAL ESTÁ À PORTA

Era véspera de Natal. Enquanto esperava pela sua vez num restaurante, M. concentrou-se numa família de pai, mãe e quatro filhos. A mãe, com o bebé ao colo, mostrava o olhar baço de quem vive desencantada, porventura cansada das maternidades sucessivas e das monótonas exigências doméstica, partilhava com a criança mais nova uma sopa. Para os restantes filhos, que andavam pelos oito, dez, doze anos, o pai pedia para cada um deles um prato cheio de um insípido arroz branco e um “croquete”. Só o homem saboreava uma dose de abundante e saborosa comida.

A refeição decorreu em silêncio, observando a regra de “quando se come não de fala”. Ou não teriam nada para dizer! Aliás, não parecia que tivessem o hábito de o fazer. Até que o mais velho ousou perguntar: “Pai, posso comer mais um

croquete?” A resposta veio rápida e seca “já comeste um”. Ponto final.

A criança não saciara o apetite. Obviamente, ficou com fome. Terá este pai, em algum momento, tomado consciência da violência que praticara e da humilhação a que sujeitara o filho, afirmando a sua autoridade tirânica? Mas a criança certamente não esquecerá aquele Natal.

NÃO FAÇAS AOS FILHOS O MESMO QUE O TEU PAI FEZ
Segundo Maria José Vidigal, “é comum as pessoas que foram agredidas em criança, física ou psicologicamente, tornarem-se agressoras. Não por vingança, mas por identificação Ou então superprotetoras, por oposição ao que sofreram. Daí a necessidade de acompanhamento dessas situações, de forma a evitar que não passem para as gerações seguintes”.

Felizmente, há pessoas que, mesmo sem grande instrução, por inteligência e carácter, tratam os filhos de modo bem diferente daquele que ensombrou a própria infância. Mas nunca deixam de sofrer. É o caso de J., um bom homem e um bom cidadão. Durante 12 anos foi presidente de uma Junta de Freguesia, realizando uma série de obras fundamentais numa terra a que faltava tudo menos o bom ar. Trabalhou gratuitamente, durante esse tempo, roubando à família e à profissão muitas horas em prol da comunidade onde nasceu e cresceu. Quando abandonou o cargo, deixou feito o que era essencial: saneamento básico, eletrificação, água canalizada, serviço de limpeza pública, caminhos rurais abertos, ruas e estradas alcatroadas, um centro cultural. Até uma placa para colocar a propaganda eleitoral deixou. A comunidade não lhe agradeceu como devia. Talvez porque o cargo passou a ser remunerado. Mas não é isso que justifica a mágoa que o atormenta desde os tempos de criança.

Foi construtor civil, subiu na vida, é certo. Mas apesar da sua afabilidade, é um homem revoltado. Aos 11 anos, o pai pô-lo a trabalhar na construção civil, como aprendiz de pedreiro,

retirando-o dos estudos que gostava de ter continuado, obrigando-o a uma profissão que não escolheu mas que cumpriu com inteligência, competência e honestidade. Até casar entregava ao pai o salário que ganhava. Só a um mês do casamento ficou com o dinheiro para si.

Teve dois filhos. E a sua principal preocupação foi educá-los, não se poupando a sacrifícios para que ambos chegassem à Universidade e se formassem. Hoje são jovens bem-sucedidos. Como ele poderia ter sido, não fosse o despotismo do pai. E a mágoa aumenta quando pensa que a idade não permite voltar atrás.

O QUE SÃO, AFINAL, OS MAUS-TRATOS?

Para António Coimbra de Matos, um dos mais conceituados psiquiatras e psicanalistas portugueses, com uma longa experiência no diagnóstico e tratamento de crianças e jovens, “bater, berrar demais, impedir a educação dos filhos, ameaçar, castigar privando-os de comida, fechar num quarto às escuras, abusar sexualmente e outras ofensas são maus-tratos físicos que não contribuem para o desenvolvimento normal da criança”.

Dulce Rocha, procuradora da República, coordenadora da Comissão Nacional dos Direitos da Criança, de 1996 a 1999, atualmente é presidente da Associação de Proteção às Crianças. Da sua experiência retira um longo historial de crianças maltratadas por inimagináveis atos de violência praticados por seres humanos. “Um homem relativamente jovem tinha dois filhos, um menino e uma menina. Uma vez, mandou os filhos, uma criança de quatro e cinco anos, comprar cigarros. O menino não trouxe a marca que ele tinha pedido, porque se esqueceu qual era ou simplesmente porque o vendedor lhe entregou um pacote de outra marca. O garoto ainda não sabia ler. Ao chegar a casa, o pai, em fúria, regou o filho com álcool e deitou-lhe fogo. A criança sofreu horrores com os tratamentos que faziam no hospital, tanto que até pediu que lhe cortassem as

mãos. Recuperou mas não regressou a casa.” Ele e a irmã foram retirados ao pai e acabaram por ser adotados.



ILUSTRAÇÃO GONÇALO VIANA

Segundo Dulce Rocha, o conceito de maus-tratos tem evoluído. Apesar de os maus-tratos físicos continuarem a ocorrer, presta-se mais atenção aos que passavam mais despercebidos, os maus-tratos emocionais. Para Coimbra de Matos ralhar com uma criança porque se sujou ou roeu as unhas ou se considera que foi malcriada, chamar-lhe “burra” ou preguiçosa porque não teve bom rendimento escolar, mostrar preferência por outro filho, são formas de maus-tratos. Sobretudo quando praticados em público. São humilhantes. “Muitas vezes os pais, sem ouvirem o filho justificar-se e dizer a razão por que fez algo de que os pais não gostaram, porque não percebeu as regras ou não concorda com elas, preferem culpabilizá-lo. E os filhos assumem a culpa.” Ouve-se com muita frequência as crianças dizerem: “Eu quis explicar mas eles não me ouvem.”

O MENINO NÃO TEM QUERER

“O menino ou a menina não têm querer”, dizia-se antigamente e há ainda quem o repita. As crianças não podiam exprimir um sentimento e menos ainda uma opinião. É um modelo que prevalece. E que Coimbra de Matos contesta. “Educar não é domesticar.”

As reguadas e os puxões de orelhas atualmente são proibidos nas escolas. Porém, muitos professores por falta de preparação técnica e pedagógica ou até de bom senso, perante um aluno com dificuldades de aprendizagem, nomeadamente da leitura ou da matemática, ostracizam-no, proferindo a sentença bárbara “nem vale a pena perguntar-te, tu não sabes”.

Segundo Mendes Pedro, “é uma humilhação para a criança que vai ficar sujeita à troça e às agressões dos colegas e acaba por desistir de aprender. Foge da escola. Fecha-se em si. Deprime-se. Frequentemente adota comportamentos desviantes.” Os pais ralham, dão-lhe tarefas. “Vais aprender a bem ou a mal.” Retiram-lhe o telemóvel, a bicicleta, não o deixam brincar com outras crianças. Aos adolescentes, impedem-nos de sair de casa, encontrar-se com amigos ameaçam-no: “Se não deres para o estudo, vais trabalhar.” Trabalhos pesados ou vexatórios que não os prepararão para uma vida. A fuga ou a delinquência são a única saída.

Por vezes, a dificuldade de aprendizagem resulta somente de uma dislexia ou de outro problema psicológico que deve ser identificados e tratados. De nada serve o prolongamento do tempo escolar ou os castigos em casa.

Mas onde estão os psiquiatras, os pedopsiquiatras, os psicólogos e outros técnicos que poderiam resolver este e outros problemas que não têm que ver com a inteligência ou a falta de vontade do aluno? A criança pode ainda revelar patologias graves que carecem de ser identificadas se não pelos pais, pelas escolas. Daí a necessidade de uma sensibilização dos professores para estas matérias e técnicos que identifiquem e providenciem o tratamento adequado para estes casos.

O acompanhamento dos alunos pelos mesmos professores, ao longo dos ciclos, é fundamental. Permitir-lhes-ia conhecer os alunos e despertar nestes a confiança necessária ao

conhecimento destas situações. Porém, nada resultará se a família — a existir — não for tratada.

Segundos os técnicos habilitados, é frequente que a criança vítima de indiferença, abandono, ambiente familiar violento, disputas constantes, violência doméstica adoença. O abuso de álcool e drogas por parte de um ou dos dois membros da casal é outro fator de perturbação dos filhos.

A inexistência de um espaço próprio onde possa estudar ou ler sossegado e o som demasiado alto da rádio ou da televisão afetam a capacidade de concentração da criança e do jovem e, naturalmente, o aproveitamento escolar, comprometendo o seu futuro. As famílias numerosas — quando não existem condições que assegurem o bem-estar da criança ou do jovem — agravam ainda mais a situação, sobretudo quando os irmãos mais velhos ficam encarregados de cuidar dos mais pequenos e de realizar tarefas domésticas. Há meninas que, em vez de brincarem com bonecas, desempenham o papel de mães. É uma violência. “Toda a patologia mental é consequência de um mau ambiente familiar”, afirma Coimbra de Matos. Exceto as psicoses de patologia por doença.

Por vezes a culpa não é dos pais. Uma mãe deprimida não está alerta aos sinais dados pela criança. Está exausta, sobrecarregada por duplas e triplas tarefas, por má relação com o marido, obrigada a gerir orçamentos familiares demasiado curtos. Por outro lado, o pai, por ter sido despedido ou temer vir a ser, por ter ciúmes da mulher, por ter relações sexuais insatisfatórias, por não ver como há de melhorar a vida também está descontente. É por estas e outras razões que ambos descarregam nos filhos a sua insatisfação, infligindo-lhes maus-tratos. Um deles é o abandono. Físico ou emocional. Ou ambos.

Os casos extremos de abandono verificam-se com recém-nascidos e crianças de pouca idade deitadas para caixotes do lixo, deixadas em lugares ermos, expostas ao frio, à fome ou ao

ataque de animais, afogadas no mar, rios, poços, lançadas de andares altos, empurradas pelas escadas, com lesões graves em várias partes do corpo, destinadas a uma morte certa, que às vezes, por sorte, não ocorre. São maus-tratos de que tomamos geralmente conhecimento pela comunicação social. E que podem ocorrer ao nosso lado.

Em Portugal existe uma grande complacência em relação a estes casos. Se sobrevivem, a entrega precipitada destas crianças à família biológica constitui um risco. Não raro o crime tentado é consumado, dando origem à morte da criança.

A retirada de crianças à família que as recolheu e criou com todo o carinho e a sua entrega ao pai ou à mãe biológicos que as abandonaram, constitui uma crueldade que os órgãos judiciais se deviam abster de praticar, antes de uma avaliação sem preconceitos.

São as mães que, na maioria dos casos, são identificadas, julgadas e sofrem longas penas. Os pais não devem também ser responsabilizados? Aos casos apontados, haverá ainda a acrescentar o das crianças vendidas a redes criminosas que as destinam à escravatura sexual, à prostituição, à venda de órgãos. Todas sujeitas a destinos que não escolheram ou a que foram atraídas. O uso precoce das novas tecnologias é também arma de crimes para atrair os mais inocentes. Nunca mais saberemos deles. Não voltarão para contar.

UMA PALMADA NUNCA É EDUCATIVA

Vão longe os tempos em que os adultos, a começar pelos pais, pensavam e diziam: uma criança “não tem querer”. A esta ideia Coimbra de Matos contrapõe: “Nas Faculdades de Psicologia dizia-se que o principal dever de uma criança é obedecer, portar-se bem. Estes eram os valores transmitidos pela sociedade e pela escola.” E acrescenta: “A criança é particularmente sensível à injustiça contra ela ou contra um

irmão que é mais irrequieto ou pior aluno. E procura defendê-lo.

Essa criança mostra-se mais insubmissa, mais radical. E isso é bom. Considero que o principal dever da criança é desobedecer aos pais. É assim que se faz gente, que consegue ter uma opinião.”

Para António Mendes Pedro, quando os pais batem nos filhos justificam dizendo “é para teu bem”. Por seu lado, Coimbra de Matos considera que “dar uma palmada nunca é educativo. Salazar achava que educava pela submissão e governou essencialmente através do medo. Há pais que passam a vida a ameaçar. No caso das crianças, elas revoltam-se e os pais consideram que é elas são malcriadas”.

Outra forma comum de maus-tratos é a indiferença. Há pais que ligam pouco aos filhos. A maior parte das vezes isso resulta da falta de tempo que têm para lhes dar. A indiferença pode assumir vários aspetos. Não alimentar bem a criança, não a agasalhar convenientemente, não tratar da criança doente ou só tardiamente fazê-lo.

Há crianças que são mandadas para a escola com febres altas porque os pais não podem faltar aos empregos. Há bebés que choram porque são levados para sítios barulhentos, abafados que mal as deixam respirar. Para os mais pequenos as férias são muitas vezes um terror, porque suportam mal o calor da praia, a mudança de ambiente, a alteração dos horários, a menor atenção dos pais. Reagem chorando ou fazendo birras. Incomodam toda a gente. Quando os pais dão por isso, castigam-nas.

Em contraposição, há pais que se preocupam demasiado com os filhos, como se estes fossem os instrumentos compensatórios das suas frustrações ou um capital para o futuro. Há casos destes que podem traduzir-se em maus-tratos psicológicos,

mais difíceis de diagnosticar. Da sua longa experiência, Maria José Vidigal retira o caso de um casal que lhe apareceu na consulta em pânico porque o filho, aos sete anos, não tinha conseguido aprender a ler. “Expliquei-lhes que Graciliano Ramos, o grande escritor brasileiro, só começara a ler aos nove anos e chegou por isso a ser considerado burro.” A aprendizagem da leitura ou da escrita depende do grau de maturidade da criança, o que pode ocorrer só aos dez anos. A partir daí é preciso averiguar, analisando não só a criança mas também a família.”



ILUSTRAÇÃO GONÇALO VIANA

Maria José Vidigal recorda um outro caso. “Um dia apareceu-me um casal com uma criança de sete a oito anos. Tinham vivido fora de Portugal e pediam a minha ajuda para encontrarem uma escola para crianças sobredotadas. O pai pareceu-me uma pessoa extremamente rígida. A mãe não parava de fumar. Durante a consulta, não disse uma palavra. A criança também não abriu a boca. Foi o pai que falou o tempo todo, explicando-me que o filho era uma criança superiormente inteligente e não podia, por isso, frequentar uma escola qualquer. Queria que lhe indicasse uma.

Disse-lhe que em Portugal havia boas escolas mas não existiam escolas para crianças sobredotadas, e que estas frequentavam as escolas normais. A família tinha vivido num local perto de uma praia e o homem vangloriava-se de nunca ter tomado banho do mar. Pensei que o mesmo acontecera com o resto da família. Era visível que o pai exercia um grande controlo sobre toda aquela família que não dava mostras de algum prazer.”

A pedopsiquiatra pediu para ficar sozinha com o miúdo. Era uma criança muito contida que mostrava muita inibição. Tentou conversar com o garoto. Não foi possível. A tudo que lhe

perguntava respondia-lhe com sim ou não. Parecia um autómato. Foi então que lhe propôs que desenhasse (uma que técnica muito utilizada no Centro de Saúde Mental Infantil). Ele recusou. “Era um primeiro contacto, mas não o achei tão inteligente como o pai dizia. Fiquei na dúvida se se tratava de uma depressão grave ou uma psicose.”

Maria José Vidigal disse aos pais que a criança precisava de apoio psicológico. E propôs a realização de mais entrevistas com o objetivo de o conhecer melhor. Desapareceram. A ideia que lhe deixaram é que se tratava de uma família doente. E que a criança sofria com a ansiedade do pai, preocupado com o sucesso do filho.

O CHEFE DE FAMÍLIA JÁ NÃO EXISTE

Ao longo da sua vida Dulce Rocha tem-se empenhado na defesa dos Direitos da Criança. Uma causa que surge em 1924 por iniciativa de um pediatra, C. Henry Kempe, transformada em Convenção dos Direitos da Criança na Década das Mulheres, e aprovada pela ONU em 1989.

Os princípios básicos dessa Convenção foram consagrados, em Portugal, no Código Civil, na revisão de 1977, por efeito das alterações nele introduzidas pelo Dec. Lei nº 496/77 de 25 de novembro.

Pela primeira vez, afirmam-se por lei os deveres dos pais, nomeadamente o de velar pela segurança, saúde ou sustento dos filhos e respeitar os seus direitos. Estes, “de acordo com a sua maturidade, deverão ser ouvidos pelos pais” nos assuntos familiares importantes “e respeitada a sua autonomia na organização da sua vida”.

Dulce Rocha considera, no entanto, que ainda hoje “há muita contemporização com os maus-tratos. Começa-se por não se acreditar na criança, diz-se que está a mentir, que são fantasias. E muitos casos são ignorados”. A procuradora sublinha a

importância de se denunciarem os casos à Polícia e ao serviço SOS — Criança, para efeito das denúncias anónimas ou pela própria criança vítima de maus-tratos.

“Há situações muito graves. A criança não é alimentada, há falta de asseio, vestuário inadequado à época, um ambiente em que há falta de dignidade, aí temos de a defender. Tentamos sempre recuperá-la para a família, sobretudo quando há uma relação muito forte com a mãe. Mas estas têm muito medo dos maridos. Só retiramos uma criança à família quando não há mais nada a fazer. Resta a adoção ou a institucionalização. Sabendo-se que uma criança institucionalizada nunca é verdadeiramente feliz.”

A autora lança dia 5 o livro “Só Acontece aos Outros — Histórias de Violência”, da Sibila Publicações

DIREITO AO COLO

Há 32 anos que Luís Villas-Boas persegue o sonho de fazer do Refúgio Aboim Ascensão, em Faro, uma instituição modelar. O seu lema é que toda a criança tem direito a um colo. O que significa que, quando se recolhe uma criança maltratada, qualquer que seja o tipo e grau de violência, não basta garantir-lhe comida, cuidados de saúde, instrução. “É necessário dar-lhe afeto, atenção, acalentá-la, em suma, dar-lhe colo.” O Refúgio não é um asilo, é um lugar de passagem da criança para uma nova vida. Voltar à família, à mãe, à avó, se tiverem condições de a receber, acontece em 80% dos casos. Quando isso não se verifica, o princípio é o encaminhamento para a adoção.

Enviadas pelos Tribunais ou pela Segurança Social, todas as crianças que entram no Refúgio foram vítimas de maus-tratos físicos ou psicológicos. Os casos mais frequentes são de abandono, negligência ou abusos sexuais. Os mais graves são as crianças deficientes. A estes, diz Villas-Boas, chamamos “meninos especiais”. A estes ninguém os quer levar. Mas no Refúgio não desistem de os tratar. E operam milagres. “Numa instituição como a nossa”, explica Villas-Boas, “as crianças

precisam de psicólogos, terapeutas ocupacionais ou da fala, educadoras de infância, técnicas sociais para adquirirem o seu equilíbrio psicológico. É necessária hidroterapia, fundamental para a mobilização, estimulação psicométrica e sensorial.” O Refúgio dispõe disso tudo. E os resultados são notáveis mas há casos especiais. “Uma vez entrou aqui uma menina de três anos, violentamente violada, trazida por uma técnica do Hospital de Faro e um polícia. Peguei-lhe ao colo e aconteceu uma coisa inesperada: a criança cravou os dentes no meu ombro. Eu percebi que ela estava a morder o mundo, na figura do homem mau. O Tribunal não nos informou sobre o que se passara. A criança ficou no Refúgio até aos seis anos. Enquanto aqui esteve foi tratada. Depois o Tribunal entregou-a a uma avó, no Porto, o que pressupõe a incapacidade dos pais. Entrou na Universidade, namorou, um dia apareceu-me com um bebé. Tem uma vida normal. Se não fosse a intervenção do psicólogo e desta instituição, ela não conseguiria apagar essa lembrança, marca da situação horrível pela qual passou.”

Segundo Luís Villas-Boas, a maioria das crianças que entra no Abrigo (80%) regressa às suas famílias, aos pais ou aos avós. Relativamente às adotadas, observa-se um procedimento visando acautelar os interesses da criança. “Fazemos, pelo menos, uma semana de vinculação dos pais à criança e desta aos futuros pais. Estes podem até ficar instalados no Refúgio, de modo a acompanharem a criança no seu dia a dia. Evitamos sempre, fazendo rodar os turnos de pessoal, que a criança não se vincule a alguém em particular, até porque é tratada e amimada por todos. Se uns pais adotivos se relacionam bem com elas, ao cabo de três ou quatro dias, as crianças repelem as pessoas que cuidaram delas até ali. Qualquer ser vivo quer ter um pai e uma mãe”, diz Villas-Boas.

O velho Refúgio, remodelado, instalado numa moradia cor de rosa, no centro de Faro, é hoje um estabelecimento de acolhimento e tratamento reconhecido internacionalmente. Há quem diga que o que ali se faz é um luxo. Ao que Luís Villas-Boas responde: “Não é luxo, é do que estas crianças precisam.

Merecem tudo porque já sofreram demasiado.“ Crianças que mal podiam estar de pé vão agora à praia. Aprenderam a comer, a apreciar o banho diário e a roupa lavada, sabem o que significa a palavra brincar. E brinquedos não faltam neste ambiente colorido. Atividades também não. Ouve-se o seu chilrear. E quando as olhamos, sorriem.

Retirado de: <http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-12-09-Meninos-com-medo>

Acedido em: 14-02-2018